

EDUCAÇÃO E POBREZA NOS RELATÓRIOS DE MONITORAMENTO GLOBAL DA UNESCO

Maria das Dores Mendes Segundo | mariadores.segundo@uece.br

Josefa Jackline Rabelo | jacklinerabelo@uol.com.br

Luís Távora Furtado Ribeiro | luistavora@uol.com.br

INTRODUÇÃO

No reordenamento das economias dos países pobres às novas regras do capitalismo mundial em crise estrutural, agora sob a feição do liberalismo global, os organismos internacionais assumem o relevante papel de promover políticas de ajustes socioeconômicos, em que a educação se apresenta como a política de reversão das desigualdades sociais e de combate à pobreza.

Os organismos internacionais, representados pela Unesco, na busca pela suposta solução da problemática da vulnerabilidade social e da pobreza no mundo, recomenda a educação escolar como o fator privilegiado para a superação desses fenômenos, uma vez que esta deteria o potencial de qualificar os jovens para o mercado de trabalho, assumindo, desse modo, a qualificação individual - e não as determinações do sistema em crise, ou o próprio papel do Estado diante desse problema, como causa principal do desemprego e, por conseguinte, da pobreza. De uma só feita, também responsabilizam o sistema educacional por sua defasagem diante das mudanças atuais, devidas ao avanço tecnológico.

Exatamente nesse contexto de miséria e violência, a educação, em si, passa a ser entendida como principal instrumento para a elevação do capital humano e acúmulo de capital social. Diante da responsabilidade imputada à educação na superação da vulnerabilidade social, a educação disponibilizada pela escola pública sofre ainda mais pesadamente a culpa, fato este observado na nossa escola pública, que, segundo o capital, não assegura sequer o capital humano, não oferece ensino de qualidade, haja vista que as nossas escolas públicas, apresentam, como quadro predominante, instalações precárias e ausência de atrativos aos seus usuários, geralmente jovens pertencentes às camadas médias e baixas da sociedade.

Dentro desse cenário contraditório da chamada sociedade ou economia do

conhecimento, a educação e as políticas socioeducativas tornam-se pauta principal de uma agenda positiva a ser administrada pelo Banco Mundial e Unesco, que assume a direção das políticas de financiamento da educação no mundo capitalista, sobretudo nos países pobres, com o propósito de comprometê-los à nova ordem econômica de autogestão participativa e boa governabilidade.

Dentro desse contexto, o Banco Mundial, como instituição promotora do Programa da educação mundial ajusta e monitora as políticas educacionais nos países pobres, redefinindo financiamento, conteúdo, organização e prioridades à luz dos interesses próprios do capital.

Em virtude disso, os organismos internacionais passaram a promover uma série de fóruns e conferências de Educação para Todos, sobretudo a partir da década de 1990, com a finalidade de “elaborar” uma educação para os países pobres, membros da Unesco, que atendessem aos padrões de mercado do capital em crise. Nesta direção elabora anualmente, relatórios de monitoramento do programa de Educação para Todos, focalizando meta a ser cumprida num determinado prazo,

No corpus das condicionalidades estabelecidas pelos programas de combate à pobreza, expressados por novos paradigmas definidos pelo Programa de Educação para Todos, a implantação das reformas educacionais, busca o cumprimento das metas da educação básica.

O MONITORAMENTO DAS METAS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

Com o intuito de implementar as políticas neoliberais nas nações periféricas e manter a hegemonia estadunidense no contexto de crise estrutural do capital, o Banco Mundial apropriou-se da função de gerenciador da educação global promovendo uma série de eventos cujo objetivo consistia em lançar as bases de uma educação voltada para os países pobres.

Nesta esteira, a década de 1990 é marcada pela promoção de inúmeros fóruns e conferências de Educação para Todos que visavam a implementação de uma agenda educacional mundial a ser cumprida pelos 164 países membros da Unesco. Desse modo, ainda

na supracitada década, foi realizada a emblemática Conferência Mundial de Educação para Todos, na cidade de Jomtien/Tailândia, da qual resultou a Declaração Mundial sobre Educação para Todos que traçou os fundamentos basilares da EPT e cuja recomendação maior consistia em que os países priorizassem, em suas políticas educacionais, a universalização do ensino básico e a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos, os quais deveriam ter acesso a uma educação capaz de propiciar a aquisição cada vez maior “[...] dos conhecimentos, habilidades e valores necessários a uma vida melhor e um desenvolvimento racional e constante [...]”, sobretudo, no contexto dos grandes avanços tecnológicos que as sociedades estavam vivenciando e do conseqüente aumento da comunicação entre os povos. (UNESCO, 1990, p. 10).

A ênfase dada ao ensino básico justifica-se, segundo a Unesco (1990), pelo fato de que os problemas que assolavam - e ainda assolam - a sociedade seriam mais facilmente resolvidos se a grande parcela da população excluída tivesse acesso ao ensino elementar. A educação, neste sentido, passa a ser entendida como fator privilegiado capaz de “[...] contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional.” (UNESCO, 1990, p. 03).

Assim sendo, é perceptível no discurso da declaração que existe um forte argumento moral e econômico para que a Educação para Todos seja efetivada. Para tanto, os países deveriam reformular suas políticas educacionais de modo que as mesmas priorizassem a descentralização, racionalização, flexibilização e, sobretudo, criação de parcerias, visto que, conforme o documento, a educação básica é uma responsabilidade dos vários segmentos da sociedade. Tais parcerias, no referido documento, aparecem como essenciais para mobilização de recursos e podem ser celebradas tanto com a sociedade civil, como com as instituições privadas e internacionais. Segundo a Unesco (1990, p. 11):

Para que as necessidades básicas de aprendizagem para todos sejam satisfeitas mediante ações de alcance muito mais amplo, será essencial mobilizar atuais e novos recursos financeiros e humanos, públicos, privados ou voluntários. Todos os membros da sociedade têm uma contribuição a dar, lembrando sempre que o tempo, a energia e os recursos dirigidos à educação básica constituem, certamente, investimento mais importante que se pode fazer no povo e no futuro de um país.

A educação, desse modo, transformou-se no carro chefe das políticas de ajustes

econômico-sociais dos países que se encontram sob a hegemonia do capital passando a ser considerada como “[...] uma dimensão fundamental de todo projeto social, cultural e econômico” (UNESCO, 1990, p. 11). Foi sob as recomendações da Declaração Mundial sobre Educação para Todos que a universalização do ensino básico e a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem transformaram-se em metas educacionais que deviam ser cumpridas por governos do mundo inteiro no prazo de dez anos, ou seja, de 1990 a 2000.

Passada a década de vigência da Declaração Mundial sobre educação para Todos, representantes dos países membros da Unesco reuniram-se, em 2000, no Fórum Mundial de Educação realizado na cidade de Dakar/Senegal com o intuito de revalidar o compromisso coletivo para com a EPT e lançar as seis metas de Educação para Todos que devem ser cumpridas no prazo de quinze anos. As seis metas de EPT visam atender a: 1. “Expansão e aprimoramento” da educação e cuidados na primeira infância; 2. Universalização da educação básica; 3. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos; 4. Diminuição de até 50% do analfabetismo; 5. Eliminação das disparidades de gênero e, 6. Melhora em “todos os aspectos da qualidade da educação”. (UNESCO, 2001, pp. 18-20).

Na ocasião, foi adotado o documento Educação para Todos: o compromisso de Dakar o qual vai reiterar a educação como um direito fundamentalmente humano e que se constitui “[...] a chave para um desenvolvimento sustentável, assim como para assegurar a paz e a estabilidade dentro de cada país e entre eles e, portanto, meio indispensável para alcançar a participação efetiva nas sociedades e economias do século XXI afetadas pela rápida globalização.” (Unesco, 2001, p. 8).

Nesta direção, o aludido texto afirma ainda que as nações e as famílias que não tiverem acesso ao ensino fundamental estão fadadas à miséria e sua conseqüente marginalização por não possuírem as ferramentas necessárias para acompanhar as sociedades que estão cada vez mais avançadas e inseridas numa economia global, visto que “[...] não se pode esperar que país algum se desenvolva como economia moderna e aberta sem ter certa proporção de sua força de trabalho com educação secundária completa” (UNESCO, 2001, p. 19).

Um dos encaminhamentos do plano de ação estabelecido no Fórum de Dakar consistiu na publicação de relatórios anuais, dada a recomendação expressa no documento de que se fazia necessário um monitoramento periódico dos índices educacionais a nível

mundial, assim como das políticas e estratégias adotadas pelos países para o alcance das tão propaladas metas de Educação para Todos.

Seguindo esta lógica, os Relatórios de Monitoramento Global, publicados desde 2002, foram elaborados com o intuito de realizar um apanhado geral da situação dos 164 países que se comprometeram com as metas de EPT, lançadas em Jomtien em 1990 e reiteradas em Dakar no ano 2000, analisando o seu desempenho em relação ao cumprimento das referidas metas, bem como trazem uma análise enfatizando algum aspecto educacional que, na concepção dos gestores da educação mundial, encontra-se em estado crítico. A saber o rol dos relatórios publicados até o presente momento com suas respectivas temáticas é o seguinte: 2002 – Educação para Todos: o mundo está no rumo certo?; 2003/4 – Gênero e Educação para Todos: o salto para a igualdade; 2005 – Educação para Todos: o imperativo da qualidade; 2006 – Alfabetização para a vida; 2007 – Bases sólidas: cuidados e educação na primeira infância; 2008 – Educação para todos em 2015: alcançaremos a meta?; 2009 – Superando a desigualdade: por que a governança é importante; 2010 – Alcançar os marginalizados; 2011 – A crise oculta: conflitos armados e educação; 2012 – Juventude e habilidades: colocando a educação em ação; Relatório de Monitoramento Global de EPT 2013/2014 intitulado: Ensinar e aprender: alcançar a qualidade para todos, e, por fim, o mais recente o Relatório de Monitoramento Global de EPT 2000 – 2015: progressos e desafios.

Os Relatórios de Monitoramento se constituem, portanto, em instrumento de controle ministrado pelo Banco Mundial, e que concebem a educação como a principal ferramenta a ser cumprida pelos países devedores, para se almejar um desenvolvimento da economia e a proclamada igualdade social. De acordo com os interesses do Programa de Educação para Todos, investir na educação daqueles que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, sobretudo os jovens, é garantir a manutenção da ordem estabelecida.

A situação dos jovens que se encontram em estado de vulnerabilidade social é contemplada pelo Programa de Educação para Todos, sobretudo no Relatório de Monitoramento global da EPT de 2012, cuja ênfase recai sobre esse segmento da sociedade.

O Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos (2012) vem discorrer sobre a temática Juventude, educação e habilidades para o trabalho, cujo título é “Juventude e habilidades – trabalhar com educação”. Tal documento, seguindo a lógica dos demais, analisa a situação dos países em relação ao cumprimento das recomendações da EPT, além de lançar

novos paradigmas na educação dos jovens que se encontram em situação de risco através do desenvolvimento de políticas sócio-educativas. De acordo com o relatório, os jovens do mundo inteiro constituem um público em constante crescimento e o bem estar dos mesmos está diretamente ligado às oportunidades que a educação e a capacitação podem oferecê-los, visto que os jovens necessitam adquirir competências para sair da pobreza em que se encontram, pois, ainda segundo o documento, a crise econômica que assola o mundo capitalista está afetando todos os segmentos da sociedade e que “um a cada oito jovens estão procurando emprego” (UNESCO, 2012, p. 3).

O relatório destaca a necessidade urgente de investir no setor educação para que os jovens adquiram as habilidades básicas para o trabalho, visto que tal clientela representa grande parte da população e encontra-se em constante crescimento. De acordo com o referido documento, quase 50% do total da população da região da América Latina e Caribe tem menos de 25 anos de idade. Em todas as regiões do mundo, mais de 25% dos jovens encontram-se na linha de pobreza ou abaixo dela, por conta do desemprego gerado pela falta de qualificação profissional, em um contexto social onde os efeitos da crise econômica continuam a preocupar as sociedades ao redor do mundo. Por isso o relatório conclui que a grave falta de competências que ocorre entre os jovens é mais prejudicial do que nunca, mostrando que, hoje, para encontrar empregos decentes a juventude precisa possuir as habilidades adquiridas na escola primária e ensino secundário geral, o que vai de encontro com as metas de Educação para Todos que contemplam a universalização do ensino básico e o incentivo ao ensino profissional e à distância como suficientes para a classe trabalhadora, ou, por assim dizer, para os que se encontram em vulnerabilidade social.

Encontramos no referido documento, o destaque ao papel da educação como forma de redução das desigualdades sociais, considerando que não há desenvolvimento social sem investimento no setor educacional. O relatório afirma ainda que não ofertar educação e capacitação para os jovens, principalmente os que se encontram em situação de risco, é perder potencial humano e econômico. Assim sendo, a ideologia apregoada pelo documento é de que ao investir na educação da juventude os países garantirão o cultivo da força de trabalho necessária para crescer economicamente no mundo globalizado.

O Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2013/2014, intitulado se Ensinar e Aprender: Alcançar qualidade para todos, destaca a importância do ensino e

aprendizagem para o desenvolvimento do mundo que se encontra em rápida evolução proporcionada pelo avanço das tecnologias da informação e da comunicação. Assim sendo, a educação apresenta-se como a peça chave para que os indivíduos adquiram as “competências digitais” que as sociedades do conhecimento e da informação exigem para a sua inclusão produtiva, visto que, segundo Rose (2014, p. 22):

[...] a educação transmite conhecimentos e habilidades que permitem às pessoas desenvolverem ao máximo seu potencial e, por isso, torna-se um catalisador para a realização de outros objetivos de desenvolvimento. A educação reduz a pobreza, aumenta as oportunidades de trabalho e impulsiona a prosperidade econômica [...]

Nesta perspectiva, vê-se que a educação encontra-se diretamente vinculada ao discurso da mobilidade social, da empregabilidade e da sustentabilidade, pois, na visão do documento, os indivíduos com mais anos de escolaridade possuem mais chances de sair da miséria, aumentar sua renda, e, por conseguinte, contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável das sociedades ditas do conhecimento e da informação.

No conjunto das políticas de reformas socioeducacionais impostas ao Brasil, dois eixos são contemplados: o primeiro diz respeito à educação manifestada nas reformas dos níveis de educação, partindo do ensino básico, médio, profissionalizante e universitário, cuja estratégia de ação sugere educação e formação à distancia. O segundo eixo aborda a inclusão social e cidadania, em que trata de programas destinados à redução da violência e da difusão das tecnologias. Vale destacar, que esses dois eixos apresentam como diretriz basilar a redução da pobreza, manifestada na última década por programas Fome Zero, cujo objetivo é prover minimamente o acesso a alimentos das populações mais carentes e, a Bolsa Família que incorpora dois grandes projetos de âmbito nacional: O Brasil sem Miséria e Bolsa Escola que atrela complementação de renda com o acesso de crianças pobres na escola.

Dentre os programas socioeducativos mencionados, vale destacar o Plano Brasil sem Miséria - BSM que foi lançado em 2011 com a finalidade de superar a pobreza extrema até 2014, assumindo, como foco, três frentes: inclusão produtiva nos meios urbano e rural; ampliação da rede de serviços (saúde, educação e assistência social) e, garantia de renda por meio da expansão da rede de benefícios de programas como a Bolsa Família. A saber, atualmente a linha que define a extrema pobreza no Brasil foi reajustada para R\$ 77,00 (setenta e sete reais) mensais por pessoa. (BRASIL, 2014, p. 05)²²⁷

²²⁷De acordo com dados do *Caderno de Resultados: 3 anos* (2014), publicado com o intuito de avaliar os resultados do Plano Brasil sem Miséria, no que toca ao eixo da garantia de renda houve uma redução da extrema

Diante do exposto, evidencia-se o quanto as políticas socioeducativas emergem no cenário brasileiro como a estratégia mais eficaz de reversão das desigualdades sociais. No Brasil, o financiamento de programas de políticas socioeducacionais se transforma em uma educação para pobres, centrado na educação básica ou profissional atrelada aos programas de combate a pobreza. Seguindo esta direção, tais programas são gerenciados nos moldes neoliberais pelo princípio de gestão descentralizada e apresentam como uma das principais condicionalidades o compromisso das famílias beneficiadas em garantir que as crianças e adolescentes estejam devidamente matriculados e frequentando a escola como meio de se cumprir a meta de universalização do ensino básico proposta pelo Programa de Educação para Todos.

O mais recente Relatório de Monitoramento Global de EPT 2000 – 2015: progressos e desafios, divulgado no dia 08 de abril de 2015, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), mostra que somente um terço dos países alcançou todas as seis metas de educação estabelecidas há 15 anos para o período de 2000 a 2015. Das seis metas de Dakar (2000), a saber: 1. Assegurar que todas as crianças recebam educação fundamental de boa qualidade até o ano de 2015; 2. Melhorar em 50 por cento, até o ano de 2015, os níveis de alfabetização de adultos, em particular de mulheres, e o acesso equitativo à educação básica e continuada de adultos; 3. Eliminar, até 2015, as disparidades de gênero na educação fundamental e média; 4. Melhorar, sob todos os aspectos, a qualidade da educação oferecida; 5. Expandir e melhorar a educação infantil; e 6. Garantir que as necessidades básicas de aprendizagem dos jovens sejam satisfeitas de modo equitativo. Ainda segundo o relatório, o Brasil alcançou duas dessas metas: universalizar o acesso à educação primária (1ª ao 5º ano do ensino fundamental) e atingiu a meta da igualdade de gênero, levando meninos e meninas às aulas em grande proporção. Para a coordenadora de Educação da Unesco no Brasil, Rebeca Otero. “O Brasil avançou muito em todas as metas, no entanto, não conseguiu alcançar em sua totalidade algumas delas.”, *mas precisa vencer* o alto índice de analfabetismo, que atinge ainda 8,3% da população com mais de 15 anos, segundo os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

pobreza em todas as faixas etárias, sobretudo entre crianças e adolescentes. Segundo o referido documento, “22 milhões de pessoas” saíram da miséria, contudo, ainda “[...] resta o desafio de buscar as famílias ainda invisíveis aos olhos do poder público, de modo a conhecê-las e assisti-las [...]” (BRASIL, 2014, p. 05).

Sobre a meta 6, a Unesco vê uma a necessidade de uma maior valorização do professor no Brasil. O Inep diz que apresenta à sociedade de maneira transparente os resultados das políticas de educação por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). "Caminhamos muito nos anos iniciais. Caminhamos menos no ensino médio. Temos coisas para fazer, tanto que fizemos o Plano Nacional da Educação."

Nesse contexto, vale destacar que a política socioeducativa é destinada especificamente ao atendimento da classe trabalhadora, em que estas políticas ganham a status de combater a pobreza e propiciar a inclusão social aos jovens considerados desassistidos ou desempregados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio a um cenário de crise estrutural do capital que impôs a adoção de estratégias neoliberais em todos os segmentos da vida social, o complexo educacional é apropriado como importante mecanismo de redenção dos males próprios à natureza incontrolável do capital, que, para se reproduzir tem que gerar desigualdade, destruição, exploração, violência, exclusão e alienação ao longo do seu sistema e, para tal, lança mão de inúmeros artifícios ideológicos que garantam a sua continuidade. A educação e as políticas socioeducativas figuram entre estas armas ideológicas utilizadas pelo capital para manipulação das consciências, sobretudo, da classe trabalhadora. Os diagnósticos elaborados pelos Relatórios de Monitoramento de Educação para Todos produzidos pela Unesco, tem demonstrado fragilidade no cumprimento das metas do Programa de Educação para Todos, programa este colocado como política educacional de âmbito mundial, há 25 anos, tem um caráter de política de intervenção global, mas com resultados tímidos, diante dos acordos firmados e reafirmados em diversos congressos e .

Asseveramos, portanto, que as reformas educacionais e socioeducativas realizadas no Brasil, sob as recomendações dos organismos internacionais, representam ações pontuais, emergenciais e paliativas de caráter assistencialista, compatível aos interesses do processo de produção ampliada do capital em crise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil sem Miséria**: Caderno de resultados: 3 anos. Brasília, DF, 2014. 39p. Disponível em: <<http://www.brasilsemiseria.gov.br/documentos/Caderno,P20de,P20Graficos,P20BSM,P20-,P203,P20anos,P20-,P2006062014.pdf>>. Acesso em 28 jun. 2014.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- _____. **A crise atual**. Cadernos Ensaio, nº 17. São Paulo: Editora Ensaio, 1998. p. 160-179.
- MENDES SEGUNDO, M. das D. **O Banco Mundial e suas Implicações na Política de Financiamento da Educação Básica do Brasil**: o Fundef no centro do debate. 2005. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, CE, 2005.
- MENEZES, Francisco; SANTARELLI, Mariana. **Da estratégia “Fome Zero” ao Plano “Brasil sem Miséria”**: elementos da seguridade social no Brasil. Rio de Janeiro: IBASE, 2013.
- MONLEVADE, João. **Educação Pública no Brasil**: Contos e Descontos. Ceilândia, Idéia, 1998. Proposta Pedagógica. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2004/feb>. Acesso em: 03 set. 2004.
- NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. (2000). Cúpula do Milênio. New York, Published by United Nations Information Centre: Lisbon, 2000. Disponível em: <www.virtual1.pucminas.br/idhs/site/MDM/Declaracao_do_Milenio_A_Res_55_2_final>. Acesso em: 10 mai. 2005.
- RABELO, J. J; Jimenez, S. V. O Projeto de Formação de Professores no contexto da ocupação da escola pelo MST: gênese, evolução e princípios norteadores. In: Lima, C.G de; Carmo, F. M. do; Rabelo, J; Felismino, S. C. **Trabalho, Educação e a Crítica Marxista**. Fortaleza, Ceará: Editora UFC, 2006. (pp. 147-163)..
- ROSE, Pauline. (Dir.). **Informe de seguimiento de la EPT en el mundo 2012**: la Educación para Todos: los jóvenes y las competencias: trabajar con la educación. Paris: Unesco, 2012. 552 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002180/218083s.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2013.
- UNESCO. **Declaração mundial sobre Educação para Todos**. Tailândia, 1990. Disponível em: <<http://www.pitangui.uepg.br/nep/documentos/Declaracao%20-%20jomtien%20-%20tailandia.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2010.
- _____. **O Marco de ação de Dakar Educação para Todos**: atendendo nossos compromissos coletivos. Dakar: Cúpula Mundial de Educação, 2000. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2010.
- _____. **Relatório de Monitoramento Global de EPT 2013/2014**: Ensinar e aprender: alcançar a qualidade para todos. Paris: Edições Unesco, 2014. 56 p. Relatório conciso. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002256/225654POR.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2014.
- _____. **Relatório de Monitoramento Global de EPT 2000 – 2015: progressos e desafios**. 2015. Disponível em:

XIV ECHE – ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
IV ENHIME – ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO
FORTALEZA – CE | 17 a 19 de Setembro de 2015 | ISSN XXXX XXXX

<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>. Acesso em: 13 de junho de 2015.

_____ ; **Relatório de Monitoramento Global de EPT 2000 – 2015: progressos e desafios.** 2015. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>. Acesso em: 13 de junho de 2015.

TONET, Ivo. A Educação na Encruzilhada. In: Menezes, A. M. D. e Figueiredo, F. **Trabalho, sociabilidade e educação.** Fortaleza, Ceará: Editora da UFC, 2003.